



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 15/04/1999
C	<i>Stoluitino</i>
	Rubrica

**Processo : 10880.020784/93-79****Acórdão : 203-03.539**

Sessão : 14 de outubro de 1997

**Recurso : 97.739**

Recorrente : PALCCAR CARRINHOS INDUSTRIAIS LTDA.

Recorrida : DRF em São Paulo – Leste - SP

**IPI – PERÍCIA – PECLUSÃO** - O recurso voluntário não é sede própria para requerer-se perícia. Infração fiscal apurada e não infirmada por argumentos ou contraprova. **Nega-se provimento ao recurso.**

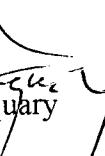
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
PALCCAR CARRINHOS INDUSTRIAIS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1997



Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**



Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski, Renato Scalco Isquierdo e Ricardo Leite Rodrigues.

/OVRS/GB/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10880.020784/93-79

**Acórdão :** 203-03.539

**Recurso :** 97.739

**Recorrente :** PALCCAR CARRINHOS INDUSTRIAIS LTDA.

## RELATÓRIO

No dia 29 de março de 1993, foi lavrado o auto de infração, de fls. 11/12, contra a empresa **PALCCAR CARRINHOS INDUSTRIAIS LTDA.**, dela exigindo o IPI, juros, multa e correção monetária, no importe de 29.488,31 UFIRs, por infração ao art. 347, c/c o art. 343, §§ 1º e 2º, do RIPI/82, conforme apurado na autuação levada a efeito, na área do imposto sobre a renda, contra a mesma empresa, no período de janeiro de 1988 a fevereiro de 1992.

Defendendo-se, a autuada apresentou a Impugnação de fls. 15/18, requerendo o trancamento do auto de infração, ao argumento de que não a alegada omissão de receita.

A decisão singular, de fls. 45/48, julgou procedente a exigência do IPI e seus acréscimos legais, apurado em omissão de receitas sujeitas à tributação por esse tributo, na forma do art. 343, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 87.981/82.

A decisão singular tem a seguinte ementa:

**“OMISSÃO DE RECEITAS – SALDO CREDOR DE CAIXA -** Se o contribuinte não logra afastar a apuração de saldo credor de caixa, comprovada está a omissão de receitas.

**OMISSÃO DE RECEITAS – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL –** Na falta de comprovação do efetivo ingresso de numerários na empresa, através de documentação hábil, coincidente em data e valor, da capitulação efetuada, caracterizada está a omissão de receitas.

**OMISSÃO DE RECEITAS – PASSIVO FICTICIO -** Desde que a fiscalizada não logrou comprovar adequadamente a existência das obrigações, configurada está a omissão de receitas.”

Com guarda do prazo legal (fls. 49), veio o Recurso Voluntário de fls. 50/53, reeditando aqueles argumentos da impugnação, inclusive, renovou o pedido, neste, porém, acrescentando requerimento para realização de perícia. Eis o pedido feito no recurso (fls. 53):



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10880.020784/93-79

Acórdão : 203-03.539

“*Ex positis*”, requer a Recorrente de Vossas Excelências, o acolhimento destes escólios, acarretando ensanchas pela improcedência do referido Auto de Infração.

Desta forma, suplica a Recorrente que seja autorizada uma perícia Contábil na empresa, para poder cristalizar os elementos deste RECURSO, objetivando desta feita, a verdadeira e merecida

JUSTIÇA FISCAL!.”

A douta Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, apesar de intimada.

Na Sessão de 21.6.95, desta Terceira Câmara, foi o julgamento do presente feito fiscal convertido na Diligência nº 203-00.346 (fls. 59/60), para que na repartição de origem fosse juntado cópia do acórdão relativo ao julgamento do recurso voluntário da mesma empresa (Processo nº 10880-020777/93-11), na área do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ. E em atendimento a essa diligência, veio cópia do Acórdão, proferido no feito acima, de nº 103-18.112 (fls. 67/72), da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, dando provimento parcial ao recurso, apenas, para excluir da exigência, a parcela relativa à Taxa Referencial Diária (TRD).

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

282

Processo : 10880.020784/93-79

Acórdão : 203-03.539

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

A presente lide fiscal é de solução simples. A omissão de receita apurada no procedimento instaurado na área do imposto sobre a renda de pessoa jurídica, com reflexos na área do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, resultou comprovada, porquanto apurada na escrita contábil da recorrente e não infirmada, por esta, que se limitou, na peça recursal, a requerer a realização de perícia contábil.

Mas, a oportunidade para requerer perícia resultou preclusa e, a par disso, a recorrente não formulou o pedido na forma da lei processual fiscal (Decreto nº 70.235/72), conforme se pode conferir às fls. 53.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, conheço do recurso, porque atende os pressupostos de desenvolvimento válido, mas **nego-lhe provimento**.

É como voto.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1997

  
SEBASTIÃO BORGES TAQUARY